

**PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS
DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE**

FÁBIO WESLEY DE MELO

**RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DAS AÇÕES DO
PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA
SOCIOBIODIVERSIDADE REALIZADAS EM 2010, REFERENTES AO PLANO DE
AÇÃO PARA A CADEIA DO BABAÇU, CONTENDO ATIVIDADES,
RESPONSÁVEIS, PRAZOS E ENCAMINHAMENTOS PARA CADA AÇÃO
PROPOSTA JUNTO AOS GARGALOS IDENTIFICADOS**

PNUD/BRA/08/012
TDR Nº 136140
CONTRATO Nº 2011/000550

Brasília
2012

RESUMO

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) tem o objetivo de implementar ações que favoreçam a ampliação e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. Entre 2009 e 2010, foram elaborados Planos de Ação para as cadeias produtivas prioritárias da castanha-do-brasil e do coco babaçu, visando a execução de ações integradas entre o governo e a sociedade para o fortalecimento dessas cadeias produtivas. Visando o monitoramento das metas propostas no Plano de Ação da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu em 2010, esta consultoria analisou os encaminhamentos propostos para cada meta, com relação aos gargalos identificados para a cadeia produtiva do babaçu em âmbito nacional, a partir de pesquisa em dados secundários, dos resultados apresentados pelos órgãos governamentais envolvidos, bem como a coleta de dados primários junto aos gestores e técnicos desses órgãos, a fim de apontar o impacto das ações propostas para a promoção da cadeia produtiva do coco babaçu, pelo PNPSB.

PALAVRAS-CHAVE: Sociobiodiversidade. Cadeia Produtiva. Babaçu.

ABSTRACT

The National Plan for the Promotion of the Sociobiodiversity Products Chain (PNPSB) has the objective to implement actions to increase and improve the sociobiodiversity products' chain. Between 2009 and 2010, Action Plans for the priority productive chains, Brazil nut and babasu, were prepared aiming to integrate government and society actions to strengthen the chains. As for monitoring the National Plan goals, this consultancy analyzed the steps proposed by each programs' goal regarding the identified bottlenecks for the babasu productive chain in the national level. It was used secondary data from the results presented by the partner government agencies, as well as research with managers and technical assistants from these agencies, looking to identify the National Plan actions' impacts for the babasu chain.

KEY WORDS: Sociobiodiversity. Productive Chain. Babasu.

SUMÁRIO

2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	1
3 OBJETIVOS DO TRABALHO.....	4
4 METODOLOGIA.....	5
5 PLANO DE AÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO COCO BABAÇU.....	6
6 ENCAMINHAMENTOS PARA A CADEIA PRODUTIVA DO COCO BABAÇU.....	25
BIBLIOGRAFIA.....	38

1 INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o **Produto 1: Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade realizadas no ano de 2010, referente ao Plano de Ação para a Cadeia Produtiva do Babaçu**, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta, junto aos gargalos identificados.

Este Produto 1 foi concebido no âmbito de consultoria realizada para o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais (Projeto BRA/08/012) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade¹ (PNPSB) do Governo Brasileiro, e executada junto ao Departamento de Extrativismo (DEX), da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), do Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA).

Com o objetivo de avaliar o andamento das ações do PNPSB realizadas no ano de 2010, “especificamente no que se refere ao Plano de Ação para a Cadeia Produtiva do Babaçu em nível nacional”, esta consultoria foi orientada para o desenvolvimento de análises e estudos que possam subsidiar a gestão das ações do PNPSB; implantação e monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu (nacional e estaduais); e a sistematização e avaliação das ações propostas para os Planos de Ação nos governos federal e estaduais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) é uma estratégia do governo brasileiro que visa o desenvolvimento de Cadeias Produtivas de base extrativista tradicional ou da Sociobiodiversidade², com agregação de valor aos produtos e a consolidação de mercados sustentáveis (Brasil, 2009).

1 Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade: um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios. (Brasil, 2009).

2 Sociobiodiversidade: inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. (Brasil, 2009).

Resultado de um amplo processo participativo, de mobilização social e elaboração conjunta entre governos (em seus diversos níveis), a academia e a sociedade civil (organizações e empresas), o PNPSB é o documento orientador para a execução de políticas públicas de forma articulada para as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com desenvolvimento econômico, conservação do meio ambiente, inclusão social e produtiva, e respeito às especificidades culturais e étnicas dos povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares (Brasil, 2009).

Conforme as demandas da sociedade, apresentadas em seu processo de elaboração, durante uma série de seminários em várias regiões brasileiras, o PNPSB foi estruturado a partir de diretrizes estratégicas (quadro 1) que regem seus objetivos, eixos de ação (quadro 2) e linhas de ação específicas por eixo, e orientam o Grupo de Trabalho (GT) Interministerial, também conhecido como “Coordenação do Plano”, que coordena a implantação da estratégia tendo como princípios básicos a “gestão compartilhada, descentralizada e a corresponsabilidade entre os diversos segmentos” envolvidos desde sua elaboração.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PNPSB

- 1.** Promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- 2.** Promover o reconhecimento do direito dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e eqüitativa de benefícios.
- 3.** Promover a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional.
- 4.** Promover a segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada.
- 5.** Buscar a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social.
- 6.** Construir e consolidar mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética.
- 7.** Adotar a abordagem de cadeias e arranjos produtivos, o enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano.
- 8.** Promover o empoderamento e controle social.
- 9.** Promover a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial.

10. Implementar uma estrutura de gestão com base no compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

Quadro 1: Diretrizes do PNPSB (Brasil, 2009)

EIXOS DE AÇÃO O PNPSB
1 – Promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável.
2 – Estruturação e fortalecimento dos processos industriais.
3 – Estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade.
4 – Fortalecimento da organização social e produtiva.
5 – Ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
6 – Ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Quadro 2: Eixos do PNPSB (Brasil, 2009)

Além da Coordenação do Plano, há uma secretaria executiva e as equipes técnicas de apoio, e também as instituições e/ou organizações (públicas e da sociedade) denominadas “Pontos Focais” dos estados que possuem cadeias produtivas prioritárias, que de forma colegiada numa parceria entre o nível federal e os estados, integram as Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade (Mendonça, 2011) e/ou GTs específicos por produtos prioritários, representam os estados na Câmara Nacional da Sociobiodiversidade que é a instância máxima do PNPSB, e conectam os núcleos gestores dos Arranjos Produtivos Locais (APL) à estrutura do PNPSB.

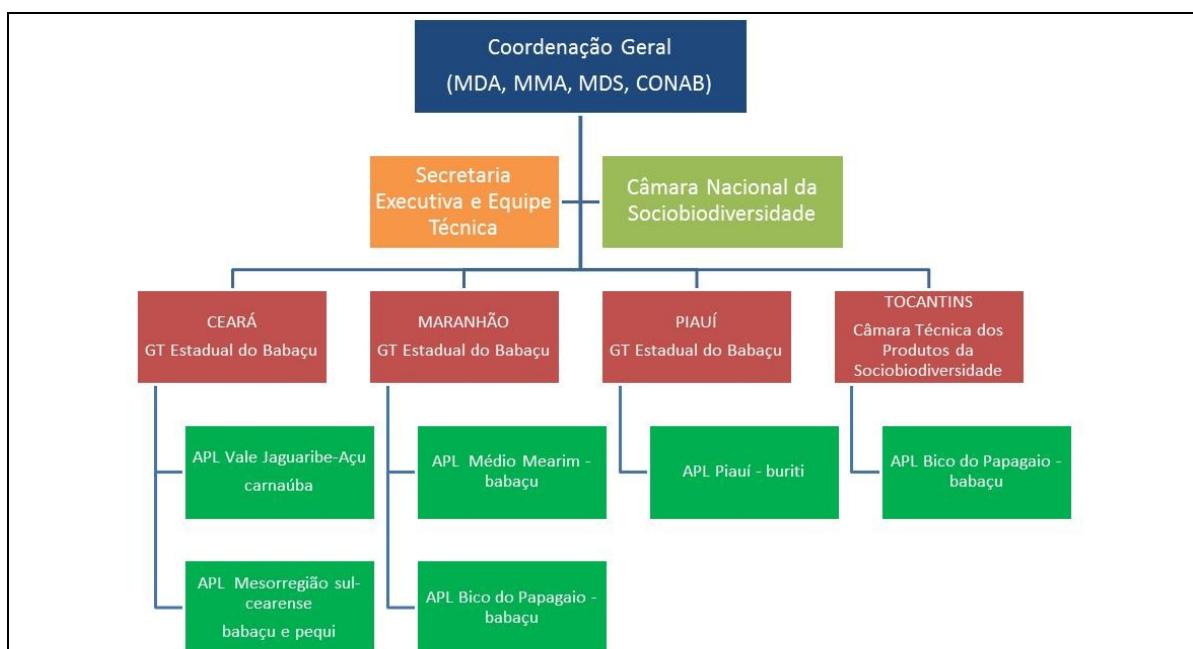


Figura 1: Relação entre as instâncias de Governança do PNPSB (Mendonça, 2011)

Pautados nos eixos do PNPSB, a Coordenação do Plano - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Meio Ambiente (MMA) - juntamente aos Pontos Focais dos Estados (Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade e/ou GTs), e vários outros atores e promotores das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, utilizando a metodologia *ValueLinks* – Biodiversidade³, selecionaram as Cadeias Produtivas da castanha-do-brasil e do babaçu como prioritárias, estruturando Planos de Ação específicos para o desenvolvimento destas Cadeias Produtivas.

Estes Planos de Ação, priorizaram a atuação da Coordenação do Plano, com o apoio dos Pontos Focais e demais parceiros, nos principais gargalos identificados nas cadeias produtivas, elencando ações, definindo responsáveis e identificando parcerias que contribuam para a execução das atividades estratégicas propostas.

Em função do volume e complexidade do trabalho exigido na implantação do PNPSB, esta consultoria foi contratada, visando apoiar e subsidiar a Coordenação do Plano, na implantação e monitoramento **do Plano de Ação para a Cadeia Produtiva do Babaçu**, conforme os objetivos descritos a seguir.

3 OBJETIVOS DO TRABALHO

Os trabalhos desta consultoria visam subsidiar a Coordenação do Plano na implantação da estratégia proposta, principalmente no que se refere ao diálogo e articulação com os diversos órgãos e instituições ligados à promoção da cadeia produtiva do babaçu em nível nacional e estadual (estados prioritários), a partir do desenvolvimento de análises e estudos que subsidiem a Secretaria Executiva e o GT de Coordenação do PNPSB na gestão de suas ações, na implantação e monitoramento dos Planos de Ação (nacional e estaduais) da Cadeia Produtiva do Babaçu no ano de 2011, bem como na sistematização e avaliação das ações propostas.

Segundo o Termo de Referência desta consultoria, este Produto 1 deve abordar apenas a avaliação do andamento das ações do PNPSB realizadas em 2010, referente ao plano de ação para a cadeia do Babaçu, contendo atividades,

³ *ValueLinks* – Biodiversidade: metodologia voltada para a ação e planejamento, na promoção de cadeias de valor (GIZ, 2007).

responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados, conforme descrito no Termo de Referência desta consultoria.

Considerando que a assinatura do contrato desta consultoria se deu em janeiro de 2012 e que os trabalhos iniciaram em fevereiro, neste Produto 01 será feita a avaliação do Plano de Ação de 2010, para a cadeia produtiva do babaçu. A avaliação do Plano de Ação de 2011/2014 será feita no produto 2, e para o desenvolvimento geral dos trabalhos desta consultoria, será feito o monitoramento dos planos de ação (nacional e estaduais) em 2012.

4 METODOLOGIA

Com esta consultoria pretende-se, subsidiar a Coordenação do Plano no diálogo com os diversos órgãos e instituições ligados à promoção da cadeia produtiva do babaçu em nível nacional e estadual, por meio do levantamento de informações em diversas fontes, incluindo eventos relacionados ao tema sociobiodiversidade (seminários, oficinas, feiras, rodadas de negócios, reuniões, encontros e workshops).

Para a realização dos trabalhos, esta consultoria deverá:

- Apoiar a implementação das ações do PNPSB e dos Planos de Ação dos estados prioritários, referente à cadeia produtiva do babaçu, a partir do diálogo com os representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais, e Agricultores Familiares, organizações não governamentais e o setor empresarial;
- Fornecer subsídio técnico às ações relacionadas à gestão dos gargalos da cadeia produtiva do babaçu junto à Coordenação do Plano;
- Subsidiar tecnicamente o processo de definição do modelo tecnológico para o aproveitamento integral do coco babaçu;
- Subsidiar o processo de definição de estratégia para uso sustentável do carvão do coco babaçu;
- Promover e participar das ações e diálogos entre a Coordenação do PNPSB e os diferentes atores dos governos federal, estadual, municipal e da sociedade civil envolvidos na cadeia produtiva do babaçu;
- Promover e participar de reuniões, encontros de articulação e planejamento, da Coordenação do PNPSB e das instâncias de governança dos estados

prioritários da cadeia produtiva do babaçu, quando solicitado;

- Elaborar material informativo e apresentação que subsidie reuniões de coordenação do PNPSB e dos estados prioritários;
- Sistematizar as informações e encaminhamentos das Reuniões de Trabalho para a execução do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu;
- Realizar apresentações referentes à consultoria, quando solicitado pela Coordenação do Plano.

Nesta fase do trabalho (Produto 1), serão avaliados os impactos da implantação do Plano de Ação para o Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu em 2010, por intermédio de pesquisa de dados em fontes secundárias, coleta de dados primários (principalmente entrevistas com técnicos e gestores envolvidos) e sistematização, referentes aos resultados alcançados e/ou encaminhamentos propostos, visando verificar o andamento das ações com relação aos gargalos identificados.

5 PLANO DE AÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO COCO BABAÇU

O Plano de ação para a Promoção Nacional da Cadeia de Valor⁴ ou Cadeia Produtiva do Coco Babaçu, foi inicialmente organizado em 2009, após seminários regionais onde, a partir do uso da metodologia *ValueLinks* – Biodiversidade foram eleitos os principais gargalos para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva (Brasil, 2009).

Para cada gargalo identificado, foram definidas ações prioritárias e responsáveis pela realização das ações (tabela 1), visando a superação dos gargalos, a partir de uma visão de futuro⁵ comum, entre os seguimentos envolvidos com a cadeia produtiva do babaçu, considerando as orientações, diretrizes, eixos, etc., do PNPSB.

4 Cadeia de Valor (GTZ, 2007):

- seqüência de atividades comerciais relacionadas, desde a provisão de insumos específicos para um produto particular até a produção primária, transformação, comercialização, e a venda final do produto aos consumidores (visão funcional de uma cadeia de valor);
- conjunto de empreendimentos (operadores) que desempenham tais funções (estágios ou elos da cadeia), ou seja, produtores, processadores, comerciantes e distribuidores de um produto particular, ligados por transações comerciais em que o produto é passado dos produtores primários aos consumidores finais.

5 Visão de futuro: perspectiva estratégica que descreve a mudança esperada na cadeia de valor (GTZ, 2007).

PLANO DE AÇÃO PARA A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU EM 2009	
GARGALO 1 - Deficiência nos serviços de apoio (ATER, Fomento e Crédito)	
Ações prioritárias	Responsáveis
1.1 - Criar uma rede de ATER para a cadeia do coco babaçu identificando atores e definindo prioridades;	MDA
1.2 - Capacitar e qualificar as equipes dos serviços de ATER;	MDA
1.3 - Adequar a infra-estrutura e quadro técnico necessário para o trabalho de ATER;	MDA
1.4 - Promover maior divulgação das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, etc) para os empreendimentos da cadeia;	Coordenação do PNPSB
1.5 - Adequar os serviços de crédito para os produtos do coco babaçu;	Coordenação do PNPSB
GARGALO 2 - Baixa capacidade organizativa da cadeia	
Ações prioritárias	Responsáveis
2.1 - Elaborar e implementar plano de fortalecimento e melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia;	MDA
2.2 - Promover o acesso a documentação básica (RG, CPF, DAP, Nota Fiscal do Produtor);	MDA
2.3 - Criar e animar mesas de diálogos entre os atores da cadeia produtiva;	Coordenação do PNPSB
2.4 - Fomentar a criação e a regularização de associações, cooperativas e centrais;	MDA
GARGALO 3 - Baixa eficiência do modo de produção	
Ações prioritárias	Responsáveis
3.1 - Definir modelos tecnológicos de quebra do coco babaçu acordados com as quebradeiras de coco babaçu;	MMA
3.2 - Promover fomento e crédito para a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu;	MDA
GARGALO 4 - Acesso a Mercados	
Ações prioritárias	Responsáveis
4.1 - Elaborar planos de negócios para os produtos do babaçu (mesocarpo, carvão, óleo)	MDA
4.2 - Ampliar o acesso a mercados institucionais (PAA, alimentação escolar),	MDA
4.3 - Criar um sistema integrado de informação de oferta	Coordenação do PNPSB

e demanda de produtos do coco babaçu;	
4.4 - Promover maior acesso às políticas públicas e programas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF);	Coordenação do PNPSB
4.5 - Definir padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos do coco babaçu;	MDA
GARGALO 5 - Acesso aos babaçuais e vulnerabilidade dos estoques naturais	
Ações prioritárias	Responsáveis
5.1 - Criar e regulamentar unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamento;	MMA
5.2 - Acelerar a regularização fundiária nos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;	Coordenação do PNPSB e MMA
5.3 - Definir e apoiar o desenvolvimento de manejo sustentável para o uso do babaçu;	MMA
5.4 - Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais;	MMA
5.5 - Regulamentar a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu.	MMA

Tabela 1: Plano de Ação para promoção da cadeia produtiva do coco babaçu (Brasil, 2009)

A partir do Plano de Ação elaborado em 2009 para o babaçu, e também de um Plano de Ação específico para a cadeia produtiva da castanha-do-brasil, a Coordenação e os parceiros do PNPSB detalharam o planejamento elencando metas, atividades, responsáveis e prazos para o alcance dos objetivos propostos, na forma do Plano de Ação Prioritário para a castanha-do-brasil e coco babaçu em 2010 (quadro 3), foco de análise neste produto 1.

PLANO DE AÇÃO PRIORITÁRIO PARA A CASTANHA-DO-BRASIL E COCO BABAÇU - 2010	
Gargalo 1 – Deficiência nos serviços de apoio (ATER, fomento e crédito)	
Ação 1.1. Criar uma Rede de Serviços para as cadeias produtivas da castanha-do-brasil e do coco babaçu, com ênfase no atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, e Agricultores Familiares.	
Meta: Ter a rede de serviços consolidada, com agenda que atenda aos temas prioritários do PNPSB, com 2 encontros presenciais em 2010.	
<ul style="list-style-type: none"> Atividades: Organizar a realização de duas reuniões presenciais da rede de serviços. <p>Responsável: MDA.</p> <p>Prazos: Primeira reunião em Julho/2010; segunda reunião em outubro/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>➔ Não aconteceram as duas reuniões previstas para 2010.</p>	

➔ Em substituição à primeira reunião, aconteceu o encontro presencial da capacitação virtual, em 13 de setembro de 2010.

➔ A segunda reunião foi inicialmente adiada para novembro e posteriormente cancelada pela Coordenação do PNPSB, por dificuldades operacionais, de emissão de passagens e diárias para os participantes (ajuste do BRA e contingenciamento do orçamento dos ministérios).

- **Atividades:** Organizar e realizar 2 cursos com técnicos da rede de serviços: um em Desenvolvimento Organizacional Participativo (DOP) e um em Produtos e Mercados (políticas públicas; certificação e boas práticas).

Responsáveis: MDA

Prazos: Elaboração e desenho dos cursos até março/2010; realização dos cursos no 2º semestre/2010.

Encaminhamentos:

➔ Em substituição aos cursos previstos, foi proposto um único curso de capacitação virtual, via Portal da Sociobiodiversidade.

➔ A proposta foi aprovada pela Coordenação do PNPSB, com o tema “Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade”, e os seguintes conteúdos: PRONAF, PAA, PGPMBio e PNAE.

➔ O lançamento da capacitação virtual foi feito em 26/07/2010, via chamada pública no Portal, para a seleção de cursistas entre os membros da Rede de Serviços de todas as cadeias produtivas apoiadas pelos parceiros do PNPSB.

➔ Após a seleção dos cursistas, o primeiro encontro presencial da capacitação virtual (13/09/2010, em Brasília/DF), marcou o início do processo, que foi concluído em 13/12/2010 no segundo encontro presencial da capacitação virtual, também em Brasília, onde foram entregues os certificados aos cursistas.

- **Atividades:** Identificar, organizar e disponibilizar à Rede de Serviços, materiais ligados aos temas prioritários.

Encaminhamentos:

➔ O Portal da Sociobiodiversidade está em funcionamento desde agosto de 2009, como a principal ferramenta de divulgação da estratégia de implantação do PNPSB.

➔ Via Portal, são socializados com todos os membros da Rede de Serviços de todas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e a sociedade como um todo, por exemplo:

- Convites para a consulta de documentos públicos do PNPSB;
- Legislação vigente sobre normas para controle higiênico-sanitário da castanha-do-brasil;
- Convite para a apresentação do PNPSB durante o salão dos territórios (2010);
- Convite para evento da entrega de concessões de uso do ICMBio, em Unidades de Conservação (2010);
- Convite para audiência pública “Valorização, cenários e expectativas de mercado dos produtos extrativistas não madeireiros no estado do Pará” (2010);

- Convites referentes à eventos relacionados ao PNPSB, etc.

Meta: Capacitar em Gestão de empreendimentos, 80 empreendimentos em 4 projetos.

- **Atividades:** Elaborar e apresentar proposta de chamada/edital específica para os estados prioritários do PNPSB.

Responsáveis: MDA

Prazos: até abril/2010

Encaminhamentos:

➔ Em março de 2010 foi lançada uma Chamada Pública de Projetos para aplicação da Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização (MAT Gestão), para Empreendimentos Coletivos da Agricultura Familiar, nas Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade na Região Norte (Pará, Amazonas e Acre).

➔ Foram selecionados os seguintes projetos:

- Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), no Acre;
- Instituto Sócio Ambiental Floranativa, no Pará;
- Nymuendaju, no Amazonas.

➔ Apenas o projeto do CTA do Acre, foi contratado.

➔ Não foram lançadas chamadas para os estados prioritários do babaçu.

Meta: Ter implementado projetos PNAE nas regiões nordeste e norte.

- **Atividades:** Implementar projeto na região nordeste.

Responsáveis: MDA.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Em maio de 2010 iniciou a execução do projeto Nutre Nordeste, a partir de convênio firmado em 2009, entre o MDA e a organização social Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA).

- **Atividades:** Construir propostas para a região norte.

Responsáveis: MDA

Prazos: até fevereiro/2010.

Encaminhamentos:

➔ Proposta construída e chamada pública de projetos lançada para o NUTRE Norte (Amazonas e Pará).

➔ No Pará, foi selecionada a organização social Instituto Sócio Ambiental Floranativa. O projeto beneficiará aproximadamente 1.500 famílias em todo o estado.

➔ Não foram apresentadas propostas para o estado do Amazonas.

Ação 1.2: Adequar infra-estrutura e quadro técnico necessário para a prestação dos serviços, principalmente o de ATER.

Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos, por se tratar de uma ação que dependia da aprovação da nova Lei de ATER, o que aconteceu em janeiro/2010.

Encaminhamentos:

➔ Vide Ação 1.1.

Ação 1.3: Promover a divulgação e apoiar o acesso às políticas públicas, principalmente as de apoio a comercialização (PAA, PGPMBio, PNAE e Pronaf) e de crédito para os empreendimentos de castanha-do-brasil e coco babaçu.

Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.

Encaminhamentos:

➔ Todo o público da sociobiodiversidade (técnicos da rede de serviços e Câmaras Técnicas dos estados prioritários, e a sociedade como um todo), orientado para o acesso às políticas públicas, em todas as reuniões, encontros, capacitações e pelo Portal da Sociobiodiversidade.

Ação 1.4: Ampliar, qualificar e coordenar os serviços de ATER e de apoio à organização produtiva.

Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.

Encaminhamentos:

1. Vide as Ações 1.1 e 1.2.

Ação 1.5: Promover ampla campanha para emissão de documentação (RG, CPF, DAP, etc.) para Povos e Comunidades Tradicionais, e Agricultores Familiares (PCTAF).

Meta: Garantir documentação básica para PCTAF dos municípios priorizados no PNPSB.

- **Atividades:** Reunir com o Terra Legal, PPIGRE e outras iniciativas para realizar eventos de documentação básica.

Responsáveis: MDA

Prazos: até março/2010

Encaminhamentos:

➔ Aconteceram duas reuniões com a AEGRE/PPIGRE.
 ➔ AEGRE responsável pela emissão de documentação, via indicação da Coordenação do PNPSB.
 ➔ Cruzamento de dados entre municípios do PNPSB e municípios que serão atendidos pelos mutirões da AEGRE.
 ➔ Articulação com a SEDAGRO do Maranhão, para apoio à agenda da AEGRE, de emissão de documentação básica no estado.
 ➔ Público da sociobiodiversidade, cadastrado com DAP, inserido no CAD Único do Governo Federal.

Meta: Emitir 10 mil DAP aos extrativistas dos municípios priorizados no PNPSB.

- **Atividades:** Apoiar e acompanhar o MIQCB e CNS na emissão de DAP extrativista.

Responsáveis: MDA

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ MIQCB e CNS cadastrados como emissores de DAP, desde 2009.
 ➔ Entre 2010 e 2011, foram emitidas 1.126 DAP pelo MIQCB, e 515 DAP pelo CNS, sendo que nos estados prioritários para o babaçu foram emitidas:
 ○ pelo MIQCB: 830 DAP no Maranhão, 79 DAP no Piauí e 167

- DAP no Tocantins;
 - pelo CNS: 51 DAP no Tocantins.

- **Atividades:** Articular e apoiar eventos de emissão de DAP extrativista.

Responsáveis: MDA

Prazos: até final de 2010.

Encaminhamentos:

- ➔ Levantamento das instituições que emitem DAP extrativista nos estados prioritários para o babaçu, visando o acompanhamento dos mutirões da AEGRE, que irão ocorrer nos municípios prioritários.
- ➔ MIQCB e CNS cadastrados como emissores de DAP extrativista.

Ação 1.6: Criar um sistema de gestão do conhecimento e socialização das informações sobre o coco babaçu

Meta: *Ter Implementado o Portal como instrumento de comunicação da rede de serviços.*

- **Atividades:** Realizar reuniões de atualização do processo de adequação e aprovação da proposta final do Portal, na Coordenação do PNPSB.

Responsáveis: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazos: até fevereiro/2010

Encaminhamentos:

- ➔ Portal funcionando com documentos disponíveis, desde 2009.
- ➔ Em 2010 foram registrados 28.843 acessos e 411 associados;
- ➔ Foi realizado, via Portal, o curso de capacitação em Políticas Públicas de Apoio a Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade.

- **Atividades:** Realizar contratação de pessoal para gerenciar Portal e animar a Rede de Serviços.

Responsáveis: MDA

Prazos: até fevereiro/2010

Encaminhamentos:

- ➔ Contrato assinado em 01/02/2010.

- **Atividades:** Realizar ações de divulgação do Portal no âmbito da Rede e parceiros do PNPSB.

Responsáveis: MDA.

Prazos: até março/2010.

Encaminhamentos para todas as atividades desta meta:

- ➔ Foram enviados convites para cadastro no Portal, para todos os contatos que constam nas listas de presença dos eventos do PNPSB, desde 2008;
- ➔ O portal foi lançado em reunião dos pontos focais do PNPSB, no dia 26/02/2010 e desde então, todas as informações relacionadas à Sociobiodiversidade são divulgadas pelo Portal.

Gargalo 2 - Baixa capacidade organizativa da cadeia

Ação 2.1: Elaborar e implementar um plano de melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia.

Meta: *Implementar 12 planos de melhoria de gestão em empreendimentos prioritários.*

- **Atividades:** definir estratégia para os planos de melhoria de gestão,

negociar com parceiros a implementação da estratégia de gestão.

Responsáveis: MDS.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Vide Ação 1.1 (Meta: Capacitar em Gestão de empreendimentos, 80 empreendimentos em 4 projetos).

➔ Estratégia definida e em execução no estado do Acre, via MAT-Gestão.

Ação 2.2: Criar mesas de dialogo entre os atores da cadeia produtiva.

Meta: Instalar a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade e promover 2 encontros de seus membros em 2010.

- **Atividades:** Escrever, apresentar e levar para a aprovação da Coordenação do PNPSB, a proposta de minuta para a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade.

Responsáveis: Coordenação do PNPSB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Processo de Constituição Legal da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade em trâmite oficial nos Ministérios da Coordenação do PNPSB.

➔ A minuta de Portaria já foi assinada pelo MDA, MMA e MDS, e encontra-se no MAPA para assinatura.

➔ Faltam as assinaturas do MCT e MS.

- **Atividades:** Participar de capacitação no MAPA sobre operação de Câmaras.

Responsáveis: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Atividade não realizada.

- **Atividades:** Promover reuniões de integração com as câmaras do MAPA.

Responsáveis: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Atividade não realizada.

- **Atividades:** Organizar a realização de 2 reuniões semestrais da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade.

Responsáveis: Secretaria Executiva do PNPSB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

➔ Atividade não realizada.

➔ Em 2010 aconteceu um encontro informal dos membros da Câmara Nacional, durante a FENAFRA.

Meta: Apoiar a criação/consolidação de 10 câmaras estaduais.

- **Atividades:** Definir agenda federal com estados para apoio as câmaras estaduais.

Responsáveis: GT de Coordenação do PNPSB

Prazos: até o final de 2010

Encaminhamentos:

<p>→ Nos estados prioritários para o babaçu, foram criadas instâncias de governança do PNPSB, por intermédio de GT do babaçu, no Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins.</p> <p>→ Além do GT específico para o babaçu, no estado do TO foi criada uma Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade (CTPS), ligada ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Organizar a realização do encontro com pontos focais dos estados em Brasília. <p>Responsáveis: GT de Coordenação do PNPSB.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ A reunião dos pontos focais aconteceu paralelamente ao lançamento do Portal da Sociobiodiversidade, no dia 26/02/2010, em Brasília.</p>
<p>Meta: Implantar 1 sistema de monitoramento e sistematização do PNPSB.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Realizar reunião preparatória para a reunião/oficina de monitoramento com Denkmodell. ● Atividades: Realizar reunião/oficina para definir o sistema de monitoramento do PNPSB com Denkmodell. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: março/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Oficina realizada em 17 e 18 de março/2010, resultou nos Planos de Ação do PNPSB.</p>
<p style="text-align: center;">Gargalo 3 - Baixa oferta de produto com qualidade</p> <p>Ação 3.1: Elaborar e implementar critérios para boas práticas para a produção da castanha-do-brasil e coco babaçu segundo ANVISA.</p> <p>Meta: Elaborar 1 manual de boas práticas para cada cadeia prioritária (coleta e processamento).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Preparar e difundir manuais. <p>Responsáveis: MDS.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Em 2010 foram realizadas 3 oficinas (castanha-do-brasil, babaçu e açaí).</p> <p>→ A partir das oficinas, foram elaboradas as minutas contendo referenciais bibliográficas e descrição das diretrizes e recomendações para adoção das boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da castanha-do-brasil, babaçu e açaí.</p> <p>→ A continuidade dessa ação será a publicação das diretrizes técnicas em anexo à Instrução Normativa Conjunta MAPA/MMA nº 17/2009.</p>
<p>Ação 3.2: Definir certificação e/ou SPG (Sistema Participativo de Garantia) da castanha-do-brasil e coco babaçu.</p> <p>Meta: Lançar selo da sociobiodiversidade na Feira Agricultura Familiar, definir SPG.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Definir critérios e elaborar proposta; ● Atividades: Definir estratégia de diálogo com diversos setores. ● Atividades: Estimular participação das organizações, em editais que visem

<p>preparar certificação orgânica.</p> <p>Responsáveis: MDS.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Elaborada minuta de proposta do selo da sociobiodiversidade. → Minuta em discussão para posterior oficialização e lançamento.
<p>Ação: 3.3. Adequar laboratórios para análise de qualidade da castanha-do-brasil próximos das regiões produtoras.</p>
<p>Meta: Ter, pelo menos, 1 laboratório em funcionamento no norte até o final de 2010.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Retomar diálogo com Embrapa e Anvisa; definir local. <p>Responsáveis: MDS.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Observação: <i>Esta ação não é objeto desta consultoria.</i></p>
<p>Ação: 3.4. Apoiar infra-estrutura para produção de castanha com qualidade respeitando os aspectos legais.</p>
<p>Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.</p> <p>Observação: <i>Esta ação não é objeto desta consultoria.</i></p>
<p>Ação 3.5: Definir modelos tecnológicos de quebra de coco babaçu, acordados com as quebradeiras.</p>
<p>Meta: Modelo tecnológico definido.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Definir modelos tecnológicos em workshop com atores da cadeia. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Foi realizada uma missão técnica em parceria com a Embrapa visando estudo, troca de experiências e diálogos com os extrativistas do babaçu. → Foi elaborado pela EMBRAPA um relatório de avaliação dos processos tecnológicos apresentados na missão técnica. → Esta consultoria foi contratada para apoiar a organização e realização de uma nova oficina, para a avaliação do relatório de avaliação, apresentação de novos modelos tecnológicos e encaminhamentos. → Realizar uma Oficina para a revisão do Relatório dos Modelos Tecnológicos de Máquinas de quebra do coco babaçu.
<p style="text-align: center;">Gargalo 4 - Acesso a Mercados</p>
<p>Ação 4.1: Elaborar planos de negócios para os produtos da castanha-do-brasil e do coco babaçu incluindo: estratégia de marketing, acesso a mercados institucionais, diferenciados e convencionais, logística e armazenagem, e um sistema integrado de informações de oferta e demanda.</p>
<p>Meta: Ter 2 planos de negócios, 1 para a cadeia da castanha e 1 para a cadeia do babaçu.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Definir logística, marketing, infraestrutura. <p>Responsáveis: CONAB.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p>

<p>→ Plano de negócio para o babaçu não implantado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Definir logística, marketing, infraestrutura; vincular com objetivo 3 (infraestrutura). <p>Responsáveis: CONAB.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Contratar Consultor para elaborar os Planos de Negócio.</p>
Ação 4.2. Promover o acesso às políticas públicas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, etc)
<p>Meta: <i>Disponibilizar estudos, análises de mercado (conjunturas mensais) e informações técnicas sobre produtos extrativistas a partir de 2010.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Disponibilizar estudos, análises de mercado (conjunturas mensais) e informações técnicas. <p>Responsáveis: CONAB.</p> <p>Prazos: março/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Todos os documentos e referências ligados às cadeias produtivas, vem sendo disponibilizados no Portal da Sociobiodiversidade.</p> <p>→ As referências relativas aos planos de negócio ainda não estão disponíveis, pois dependem da elaboração dos Planos de Negócio.</p>
<p>Meta: <i>Ter realizado 20 capacitações e divulgação do PAA Net e PGPMBio junto aos agricultores familiares, extrativistas e comunidades tradicionais em 10 estados até final de 2010.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Realizar oficinas nos estados AC, AM, RO, MT, AP, PA, MA, TO, PI e CE articuladas pelas organizações e executadas pela CONAB (2 em cada estado). <p>Responsáveis: CONAB.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Foram instruídas 4.078 pessoas para operar o PAA em nove estados (AM, AP, PA, CE, MA, MT, PI, RO e TO), e aproximadamente 2.200 pessoas para operar a PGPMBio em 8 estados (PA, AM, RO, AC, MT, MA, TO e RR).</p>
<p>Meta: <i>Dar continuidade às capacitações e divulgações do PAA e PGPMBio: junto aos agricultores familiares e extrativistas em UC de uso sustentável, em parceria com ICMBio, nas 6 regionais do MIQCB.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Realização das oficinas programadas pelas Superintendências Regionais da CONAB. ● Atividades: Acompanhar a implantação do plano nas UC, realização de novas oficinas nas UC, planejadas pelo ICMBio/MMA. <p>Responsáveis: CONAB.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Realização de 3 cursos sobre PAA, PNAE e PGPM em 10 e 11 de maio de 2011; 01 a 05 de agosto de 2011 e 19 a 22 de setembro de 2011 para os Coordenadores Regionais.</p> <p>→ Capacitações realizadas contribuíram para a emissão de 779 DAP e acesso às políticas da sociobiodiversidade (ação 1.3).</p>

Meta: Dar continuidade ao plano de implementação das políticas operacionalizadas pela CONAB (PAA e PGPMBio) nas UC de uso sustentável.

- **Atividades:** Acompanhar a implantação do PNPSB nas UC, realização de novas oficinas planejadas pelo ICMbio/MMA para capacitação dos gestores e lideranças nas UC.

Responsáveis: CONAB, MMA e ICMBio.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

→ Foram realizadas duas capacitações com a presença do MDA, MDS e CONAB, para todos os chefes de UC, via Portal da Sociobiodiversidade.

Meta: Inserir 7 novos produtos na pauta da PGPM até final de 2010.

- **Atividades:** Realizar levantamento de custos de produção para novos produtos da sociobiodiversidade (barú, mangaba, umbú, óleo de copaíba, óleo de andiroba, buriti, cupuaçu).

Responsáveis: CONAB.

Prazos: março/2010.

Observação: Esta ação não é objeto desta consultoria. O babaçu já está inserido na PGPM.

Meta: Ter operacionalizado R\$ 10 milhões na PGPM-bio.

- **Atividades:** Operacionalizar de 10 milhões na PGPM-bio com Castanha-do-Brasil, Babaçu, Piaçava, Borracha Extrativista, Pequi, Açaí e Carnaúba..

Responsáveis: CONAB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

→ Em 2010, foram operacionalizados R\$ 2.756.407,98, para todos os produtos da sociobiodiversidade. Desse total, para o babaçu foram beneficiados 13.550 extrativistas que comercializaram 1.454 toneladas.

Ação 4.3. Criar padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos de castanha-do-brasil e do coco babaçu.

Meta: Definir padrões de classificação dos produtos priorizados até final de 2010.

- **Atividades:** Realização de Nota Técnica solicitando a criação de padrões para babaçu (azeite, mesocarpo).

- **Atividades:** acompanhar a revisão dos padrões da castanha (**Observação: esta atividade não é objeto de trabalho desta consultoria**).

- **Atividades:** capacitação dos classificadores via rede de serviços.

Responsáveis: CONAB.

Prazos: até o final de 2010.

Encaminhamentos:

→ Não foram definidos, pois não há referências para a classificação dos perfis agroindustriais para os produtos do babaçu.

Meta: Criar identidade (marca/selo) para os produtos da sociobiodiversidade.

- **Atividades:** Levantamento de iniciativas existentes; construção da proposta do selo; Workshop de apresentação, discussão e validação; Proposta final; Lançamento.

Responsáveis: MMA.

Prazos: junho/2010.

<p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Contratada consultoria que elaborou uma minuta de proposta do selo, porém, conforme descrito na Ação 3.2, a minuta ainda não foi oficializada.</p> <p>→ A proposta é que o selo seja oficializado via MDA.</p> <p>Meta: Ter promovido ações de diálogo com o setor empresarial através de 3 feiras nacionais, 2 encontros empresariais, 2 informativos e 2 parcerias com empresas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Construção da praça da biodiversidade. <p>Responsáveis: GT de Coordenação do PNPSB.</p> <p>Prazos: março/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Praça da Sociobiodiversidade lançada oficialmente na VII FENAFRA 2010 (16 a 20 de junho). Também foi instalada na BioFach América Latina e ExpoSustentat 2010 (03 a 05 de novembro).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: 2 encontros do fórum empresarial e 2 informativos; Estabelecer parâmetros para viabilizar as PSE; Apoiar a implementação de duas PSE, com os APL. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: outubro/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Na VII FENAFRA 2010, aconteceu o II Fórum Setor Empresarial;</p> <p>→ Na Exposustentat 2010, aconteceram a Oficina de Avaliação das Ações de Parcerias com o Setor empresarial e a mesa redonda “Sociobiodiversidade e Copa 2014 – oportunidades e desafios.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Integrar\apoiar agenda do MDA com Mtur. <p>Responsáveis: GT de Coordenação do PNPSB.</p> <p>Prazos: outubro/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Chamada pública “Talentos do Brasil Rural” para a seleção de empreendimentos, para participar do 6º Salão do Turismo (13 a 17/06/2011, em São Paulo/SP e Copa Orgânica Sustentável 2014).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Criar banco de dados e catálogo dos empreendimentos sustentáveis. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: abril/2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Banco de dados e catálogos de fornecedores e compradores criado e disponível no Portal da Sociobiodiversidade.</p>
<p style="background-color: #ADD8E6;">Gargalo 5 - Acesso e vulnerabilidade dos estoques Naturais.</p> <p>5.1. Acelerar a criação e regularização das unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos e territórios ocupados por PCTAFs.</p> <p>Meta: Apoiar o eixo 1 da PNPCT em relação às áreas de castanha e babaçu.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Acompanhar agenda das UC de uso Sustentável junto a Secretaria Executiva da PNPCT. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p>

<p>→ Articulação entre MMA, SPU, ICMBio e INCRA, para a emissão de Concessões de Direito Real de Uso em áreas prioritárias para o babaçu (Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Assentamentos Agroextrativistas).</p>
<p>Meta: <i>Ter 19 RESEX e 01 RDS em 9 estados criadas em áreas prioritárias ao PNPSB propostos no Eixo 1 (Acesso aos territórios tradicionais e recursos naturais) da PNPCT+A18</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: Acompanhar agenda das UCs de uso Sustentável junto a Secretaria Executiva da Política Povos e Comunidades Tradicionais. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Ampliação dos limites da Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão.</p>
<p>5.2. Incentivar as boas práticas de manejo sustentável dos castanhais e babaçuais.</p>
<p>Meta: <i>Ter 2 manuais sobre manejo florestal sustentável de Castanha e Babaçu publicados e difundidos usando a rede de serviços.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atividades: capacitar rede de serviços. <p>Responsáveis: MMA.</p> <p>Prazos: até o final de 2010.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Conforme descrito na Ação 3.1, foi elaborada a minuta de um manual de boas práticas de manejo e produção para o coco babaçu, porém a minuta ainda deverá ser submetida a consulta pública para futura publicação.</p> <p>→ Proposta de capacitação virtual para agentes de ATER em Diretrizes de Manejo, cancelada em 2011.</p>
<p>5.3. Realizar inventário participativo de produtos florestais não-madeireiros e determinação do estoque potencial de castanha</p>
<p>Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.</p> <p>Observação: <i>Esta ação não é objeto desta consultoria.</i></p>
<p>5.4. Incentivar o enriquecimento dos castanhais, o plantio em áreas desmatadas e roçados, e o manejo da regeneração em roçados</p>
<p>Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.</p> <p>Observação: <i>Esta ação não é objeto desta consultoria.</i></p>
<p>5.5 Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais.</p>
<p>Não foram elencadas metas, responsáveis ou prazos para esta ação.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>→ Havia previsão de conversa com o PrevFogo (Ibama), mas até o presente não foi feito.</p>
<p>5.6 Regulamentar a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu</p>
<p>Meta: <i>Ter marco regulatório ambiental para manejo sustentável e produção de carvão de babaçu desenhado e publicado.</i></p>

- **Atividades:** Definir o marco regulatório para o carvão de coco babaçu.

Responsáveis: MMA

Prazos: até o final de 2010

Encaminhamentos:

→ O marco regulatório ainda não foi definido.

→ Esta consultoria foi contratada em dezembro/2011, entre outras coisas, para emitir um relatório técnico de análise e proposição que subsidie o GT de Coordenação do PNPSB sobre a regulamentação do uso sustentável da produção e transporte do carvão do coco babaçu.

Quadro 3: Ações específicas por gargalos da cadeia produtiva do coco babaçu (PNPSB,2010)

A partir do monitoramento das atividades propostas para as cadeias produtivas da castanha-do-brasil e do coco babaçu em 2010 (quadro 3), foi proposto um novo plano de ação para o período 2011/2014 (quadro 4), tendo sempre como base os Eixos do PNPSB, mas organizado na forma de um planejamento integrado para todas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a partir de desafios gerais, contendo metas específicas e projeções de desenvolvimento dessas metas. Nesse sentido, as ações, metas e atividades do Plano de ação 2010, foram inseridas no Plano de ação 2011/2014 (Quadro 4), que será objeto de avaliação no Produto 2 desta consultoria.

PLANO DE AÇÃO PARA FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO PNPSB EM 2012

Desafio: Mercado.

Objetivo: Garantir que os produtos cheguem ao mercado institucional e diferencial interno e externo.

Meta 1: Promover o acesso ao mercado para 100 mil famílias de PCTAFs, atingindo um valor de R\$ 80 milhões.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

1.1. Implementar 2 novos projetos NUTRE/PNAE na região Norte.

1.2. Sistematizar avanços e desafios na execução dos projetos PNAE nas regiões Norte e Nordeste.

1.3. Aumentar em 50% a participação dos produtos da sociobiodiversidade no PAA-CPR Estoque.

1.4. Promover a participação dos PCTAFs em feiras e projetos de comercialização.

1.5. Acompanhar as operações da PGPM-Bio, PAA e PNAE.

1.6. Operar PAA cumprindo o Manual de Operações da CONAB (MOC).

1.7. Operar PGPM-Bio mediante o MOC.

1.8. Realizar 4 estudos sobre custos de coleta para a inclusão de novos produtos na pauta da PGPM-Bio.

1.9. Realizar 4 estudos sobre custos de produção e preços praticados em distintas regiões do país, subsidiando a definição de preços de referência (PGPAF) a serem observados no PAA, na PGPM-Bio e no PNAE.

1.10. Promover capacitações para PCTAFs sobre os instrumentos das

políticas PAA, PGPM-Bio e PNAE.

1.11.Realizar acompanhamento, supervisão e monitoramento das operações realizadas (ver itens 1.6, 1.7 e 1.10).

1.12.Ampliar a renda de 100 mil famílias de PCTAFs através do acesso aos mercados institucionais e diferenciados.

1.13.Construir estratégia de acesso dos PCT ao PAA.

Desafio: *Organização Social e Econômica.*

Objetivo: Fortalecer a organização social e econômica de PCTAF.

Meta 2: Contemplar a sociobiodiversidade na elaboração da Política de Organização Econômica da Agricultura Familiar.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

2.1.Acompanhar a elaboração da política.

2.2.Abastecer de informações relacionadas a sociobiodiversidade aos gestores.

Meta 3: Apoiar os 43 empreendimentos do Talentos do Brasil Rural.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

3.1.Reunir trimestralmente com coordenação do Talentos do Brasil Rural para atualizações das atividades.

Meta 4: Trabalhar em cooperação com a GIZ para estabelecer PSE.

4.1.Realizar estudos sobre as cadeias da borracha e da copaíba.

4.2.Construir diretrizes para a borracha.

4.3.Elaborar e monitorar PSEs (Perito Nacional GIZ).

Meta 5: Garantir que os articuladores locais e facilitadores nacionais apóiem 17 APLs no acesso às políticas de apoio aos mercados institucionais e diferenciados.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

5.1.Contratar 3 facilitadores nacionais.

Meta 6: Beneficiar 3.000 famílias com a chamada pública de projetos para aplicação da metodologia de assistência técnica em gestão, produção e comercialização – MAT GESTÃO.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

6.1.Apoiar a SAF/MDA na busca de empreendimentos a serem capacitados na metodologia.

6.2.Acompanhar a capacitação dos empreendimentos selecionados.

6.3.Reunir com equipe MAT Gestão para acompanhamento da tramitação da chamada pública.

6.4.Acompanhar a chamada trimestralmente.

Meta 7: Elaborar perfis agroindustriais para 10 produtos da Sociobiodiversidade.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

7.1.Realizar reunião com a equipe de Agroindústria (MDA) para levantar informações sobre produtos da sociobiodiversidade que serão inseridos nos perfis.

7.2.Definir quais os 10 produtos da sociobiodiversidade são prioritários para esta atividade.

7.3.Definir responsáveis.

7.4.Verificar cronograma de elaboração e entrega de 2 dos perfis.

7.5.Revisar modelo tecnológico de quebra do coco babaçu enviado pela Embrapa.

7.6.Organizar reunião com Embrapa e demais parceiros para fazer as devidas adequações ao modelo tecnológico.

7.7. Divulgar novo modelo tecnológico.

Meta 8: Construir estratégia de gestão para PCTAFs e cadeias da sociobiodiversidade junto às apreensões do Fundo de Erradicação da Fome e Combate à Pobreza.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

7.1. Definir metodologia e implementar ações.

Desafio: *Políticas Públicas e Serviços de Apoio*

Objetivo: Ampliar o acesso às políticas públicas aos PCTAFs (DAP, REB, ATER, PRONAF).

Meta 8: Promover o acesso aos serviços de apoio para 130 mil famílias até 2014

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

8.1. Levantar número de PCTAFs beneficiários da ATER.

8.2. Levantar número de PCTAFs beneficiários do PRONAF.

8.3. Atuar e acompanhar a emissão de DAPs.

8.4. Levantar a quantidade de DAPs emitidas.

8.5. Apoiar o acesso de 17 APLs às políticas de ATER e crédito por meio de articuladores locais e facilitadores nacionais.

8.6. Monitorar a emissão de 10.000 DAPs pelo MIQCB, CNS e REB pelo ICMBio.

Meta 9: Promover o acesso de 500 empreendimentos a instrumentos, políticas e ferramentas de fomento à comercialização.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

9.1. Acompanhar a implementação e sistematizar os avanços e desafios dos Projetos de Gestão (MAT) do Cerrado e da Caatinga.

9.2. Elaborar banco de dados de empreendimentos da sociobiodiversidade beneficiados.

9.3. Identificar os empreendimentos da sociobiodiversidade não contemplados pelas políticas e desenvolver estratégias de inclusão.

Meta 10: Implementar a Rede de Serviços dos Produtos da Sociobiodiversidade.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

10.1. Definir instituições da Rede de Serviços e cadastrar novas instituições.

10.2. Organizar e realizar encontro da Rede no primeiro semestre.

10.3. Organizar e realizar encontro da Rede no segundo semestre.

10.4. Implementar o portal como instrumento de comunicação da Rede de Serviços.

10.5. Organizar e realizar capacitação virtual sobre Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade.

Meta 11: Definir marco legal para regramento diferenciado de apoio a projetos de PCTAF.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

11.1. Adequar as questões tributárias para a sociobiodiversidade.

11.2. Adequar as questões sanitárias para a sociobiodiversidade.

11.3. Adequar as questões ambientais para a sociobiodiversidade.

Meta 12: Gerar dados sobre o número de empreendimentos que tiveram acesso às políticas previstas no PNPSB que são operadas pela Conab.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

12.1. Geração de dados mensais no PAA (SIGEST) e PGPMBio (relatório mensal – sítio da CONAB).

Desafio: *Erradicação da Pobreza Extrema.*

Objetivo: Erradicar a extrema pobreza da sociobiodiversidade.

Meta 13: Beneficiar 2.000 famílias com a execução dos projetos PNAE na região nordeste e norte.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

13.1.Acompanhar os projetos Nutre Nordeste e Norte.

13.2.Diagnosticar a demanda por produtos da sociobiodiversidade para serem inseridos na alimentação escolar.

Meta 14: Beneficiar 10.000 famílias com acesso ao PAA e PGPM-Bio.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

14.1.Acompanhar as operações do PAA e PGPM-BIO.

Meta 15: Garantir documentação básica para 3.500 pessoas (PCTAFs) dos municípios priorizados no PNPSB.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

15.1.Acompanhar os projetos do CNS e MIQCB.

15.2.Diagnosticar a demanda de documentação básica nos APLs, definir e implementar estratégia de emissão.

Meta 16: Emitir 5.000 DAPs aos extrativistas dos municípios priorizados pelo PNPSB.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

16.1.Diagnosticar a demanda de DAP nos APLs, definir e implementar estratégia de emissão.

16.2.Ampliar o número de instituições emissoras de DAPs extrativistas.

16.3.Articular e apoiar eventos de emissão de DAPs extrativistas.

Meta 17: Capacitar 200 Agentes de Desenvolvimento Rural em Políticas Públicas de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade, incluindo módulos de certificação.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

17.1.Capacitar agentes de desenvolvimento rural no apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade

Meta 18: Apoiar 1 APL quilombola em região de extrema pobreza na Bahia.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

18.1.Captar recursos para o apoio a um APL quilombola em região de extrema pobreza.

18.2.Apoiar a implementação do plano de ação do APL quilombola.

18.3.Escrever, publicar edital e contratar projeto em um APL quilombola.

Meta 19: Gerar estimativas anuais sobre o número de famílias com renda abaixo de R\$ 70,00 que tiveram acesso às políticas previstas no PNPSB que são operadas pela Conab.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

19.1.Preparação de sistema para trabalhar o banco de dados de operacionalização da PGPM-Bio e PAA.

Desafio: Comunicação

Objetivo: Dar visibilidade às ações e resultados da sociobiodiversidade e implementar o Selo da Sociobiodiversidade.

Meta 20: Ter 250 empreendimentos com o Selo da Sociobiodiversidade (Detalhamento: 200 organizações de PCTAFs e 50 empresas).

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

20.1.Finalizar minuta de criação do selo e publicar o marco legal.

20.2.Criar estrutura interna para análise da demanda e concessão do selo.

Meta 21: Elaborar e implementar estratégia de comunicação da sociobiodiversidade.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

21.1. Definir e implementar a estratégia de comunicação do selo.

21.2. Definir e implementar a estratégia de comunicação das diretrizes de manejo.

21.3. Definir e implementar a estratégia de comunicação interna e externa das ações do Plano.

Desafio: Diretrizes para Sustentabilidade

Objetivo: Proporcionar renda com a floresta em pé

Meta 22: Elaborar diretrizes técnicas para boas práticas de manejo de 17 PFNM.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

22.1. Realizar oficinas para definição das diretrizes.

22.2. Realizar reunião para nivelamento e definição conjunta sobre as consultas públicas e publicação das diretrizes.

22.3. Realizar consultas públicas para a validação das diretrizes.

22.4. Publicar as diretrizes técnicas.

22.5. Definir e implementar a estratégia de difusão das diretrizes.

Meta 23: Criar sistemática de apuração de área utilizada pelos PCTAFs atendidos pelo PNPSB.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

23.1. Definir e pactuar a metodologia de apuração de áreas utilizadas pelos PCTAFs em UCs do SNUC, territórios quilombolas e indígenas, assentamentos diferenciados e outras regiões.

23.2. Elaborar sistema de monitoramento participativo de áreas utilizadas pelos PCTAFs (utilizar a partir de 2012).

23.3. Oferecer parâmetros de produtividade para obtenção de dados sobre as áreas preservadas pelo extrativismo apoiadas pelas políticas previstas no PNPSB.

Meta 24: Capacitar 200 agentes de ATER em boas práticas de manejo para contribuir na renda/conservação.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

24.1. Capacitar técnicos e extrativistas para implementação das diretrizes.

Desafio: Gestão no PNPSB

Objetivo: Coesão intra e entre instituições

Meta 25: Criar Câmara Nacional da Sociobiodiversidade.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

25.1. Oficializar a criação da Câmara Nacional.

25.2. Realizar encontro da Câmara Nacional.

Meta 26: Ter a sociobiodiversidade nos eixos estratégicos, programas e ações de 100% das instituições da Coordenação do PNPSB.

Projeções de desenvolvimento em direção da meta:

26.1. Sistematizar os programas, ações das Instituições que compõem a coordenação do PNPSB.

26.2. Desenvolver articulação interna para que a sociobiodiversidade seja internalizada - MDA e órgãos vinculados.

26.3. Elaborar agenda de encontros da Coordenação do PNPSB.

26.4. Desenvolver articulação interna para que a sociobiodiversidade seja internalizada - MMA e órgãos vinculados.

26.5.Criar estrutura específica para operação e acompanhamento das políticas para PCTAFs nas SUREGs.

Meta 27: Ter a sociobiodiversidade em planos, programas, ações e com recursos previstos em 10 estados prioritários.

27.1.Articular com os Estados a implementação das ações do PNPSB.

27.2.Articular participação da Delegacia do MDA, INCRA e articuladores SDT nas instâncias de governança dos estados.

27.3.Articular participação do ICMBIO, SFB, IBAMA nas instâncias de governança dos estados.

27.4.Articular participação das SUREGs nas instâncias de governança dos estados

Quadro 4: Plano de ação para as cadeias produtivas do PNPSB (PNPSB, 2011)

6 ENCAMINHAMENTOS PARA A CADEIA PRODUTIVA DO COCO BABAÇU

A primeira observação ao analisar a estratégia de Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu (Brasil, 2009) é que seu “Plano de Ação Prioritário” (2010), possui:

- metas gerais para todas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, inclusive para coco babaçu, como por exemplo: “Ter a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade instalada com 2 encontros de seus membros realizados em 2010”;
- metas específicas para a cadeia produtiva do coco babaçu, como por exemplo: “Ter marco regulatório ambiental para manejo sustentável e produção de carvão de babaçu desenhado e publicado até final de 2010”;
- metas compartilhadas para as duas cadeias produtivas prioritárias (castanha-do-brasil e coco babaçu), como por exemplo: “Ter 1 manual de boas práticas para cada cadeia prioritária (castanha e babaçu - coleta e processamento) elaborado e difundido”.

Nesse sentido, trata-se de uma estratégia geral, tanto para as cadeias produtivas do coco babaçu e da castanha-do-brasil, como para outras cadeias produtivas. Ao comparar o Plano de Ação de 2010 com o Plano de Ação do período 2011/2014, confirma-se a tendência de uma estratégia voltada para o geral, ou seja, para todas as cadeias produtivas e públicos da sociobiodiversidade, que atende também as duas cadeias produtivas prioritárias da castanha-do-brasil e do coco babaçu.

Conforme o Plano de Ação de 2010, para a cadeia do coco babaçu, no Gargalo 1 (Deficiência nos serviços de apoio – ATER, fomento e crédito), apesar de seu lançamento e processo de fortalecimento, a Rede de Serviços ainda não pode ser

considerada como consolidada.

As reuniões previstas para 2010 não aconteceram, mas os membros da rede de serviços participaram da reunião presencial da capacitação virtual, que além de criar o ambiente para a socialização e articulação, substituiu os dois cursos previstos (DOP, e Produtos e Mercados) por um curso mais amplo que abordou todas as políticas de apoio à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade (PRONAF, PAA, PGPMBio e PNAE).

Participaram do curso de capacitação virtual, 165 técnicos da rede de serviços, sendo que deste total, foram 9 técnicos do Ceará, 13 técnicos do Maranhão, 5 técnicos do Piauí e 6 técnicos do Tocantins (tabela 2).

NOME	INSTITUIÇÃO	ESTADO
Marcelo Tavares Torres	Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)/Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)	CE
Júlio César Muniz Mesquita	ONG CACTUS	CE
Ana Paula da Silva Oliveira	Projeto Dom Helder Câmara	CE
Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATER/CE)	CE
Andre Luis Aires Pinto	Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA)	CE
Josefa Cicera Martins Alves	ONG Flor do Piqui	CE
José Erisvaldo da Silva Figueiredo	Fundação Mussambê	CE
Antonio Maria de Oliveira	AGENDHA	CE
Tiago Silva Bezerra	Instituto de Ecologia Social Carnaúba	CE
Josilene Moraes Costa	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP-MA)	MA
Alessandra Lima	AGERP-MA	MA
Sebastião Rodrigues Neto	Prefeitura Municipal de Codó	MA
Jaime Conrado Oliveira	Cáritas Brasileira	MA
Sandra Maria Ribeiro Pinheiro	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais de Pinheiro (STTR)	MA
Francisco Sales Sousa Filho	AGERP-MA	MA

Luiz Coelho Júnior	AGERP-MA	MA
Vivian Costa Santos Reis	AGENDHA	MA
Marcelo Augusto Santos Amorim	AGERP-MA	MA
Herbert Carvalho	AGERP-MA	MA
Cristiane Rego Pinheiro	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	MA
Ariana Gomes da Silva	MIQCB	MA
Roseliane de Fátima Costa Ferreira	Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável do Maranhão	MA
Eduardo Eurípedes S. da Rocha Freitas	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social (CADES)	PI
Luis Carlos Rodrigues da Mata	CADES	PI
Marcio José Cardoso dos Santos	Centro de Educação Popular Esperantinense (CEPES)	PI
Ariosto Pinheiro Lopes	EMATER/PI	PI
Washington Pinheiro Guimarães	AGENDHA	PI
Mariana Ferreira Martins Cardoso	Superintendência Federal da Pesca e Aqüicultura (SFPA)	TO
Patricia Oliveira Ribeiro	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS)	TO
Marcelo Oliveira Barbosa	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)	TO
Shelley Aires Oliveira	Cooperativa Trabalho Prestação Serviço Assistência Técnica (COOPTER)	TO
Selma Yuki Ishii	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA/TO)	TO
Geane de Souza Rodrigues	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS)	TO

Tabela 2: Participantes da capacitação virtual, pelos estados prioritários do babaçu (PNPSB, 2011)

A disponibilização de materiais para a rede de serviços tem acontecido prioritariamente pelo Portal da Sociobiodiversidade, que funciona perfeitamente como ferramenta de comunicação (Ação 1.6), onde estão disponíveis para consulta todos os documentos enviados principalmente pela Coordenação do PNPSB.

Ressalta-se que a retroalimentação do Portal com informações e documentos

dos membros da rede de serviços ainda não está efetivada, o que deve ser animado pelos promotores do PNPSB junto aos parceiros dos estados, visando não só a socialização de materiais, mas também a consolidação da rede de serviços.

O atendimento à demanda de capacitação em gestão de empreendimentos da sociobiodiversidade (Ação 1.1) nos estados prioritários para o babaçu (CE, MA, PI e TO), via MAT-Gestão, iniciou com o apoio a dois projetos firmados com a ONG “A Casa Verde” – Cultura e Meio Ambiente, e a ONG “Centro de Apoio aos Microempreendedores” (CAM).

Visando contribuir com o preenchimento da lacuna de conhecimento e capacidade técnica adequada para a efetiva inserção de mercado dos produtos da agricultura familiar, os projetos contribuem para o fortalecimento de 28 empreendimentos da sociobiodiversidade que beneficiam 1.773, de um total de 82 empreendimentos da agricultura familiar que beneficiam 7.562 famílias.

O projeto “Apoio à Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar no Bioma Caatinga” firmado via Convênio MDA nº 700347/2008 com o CAM, atende a quatro empreendimentos da sociobiodiversidade que trabalham com produtos derivados de babaçu, contribuindo para beneficiar aproximadamente 243 famílias (Tabela 3).

Grupo produtivo	Empreendimento	Municípios	Beneficiários	Produtos	obs
Grupo Produtivo do Jatobá	Associação das Mulheres Trabalhadoras do Coco Babaçu da Micro-região do Baixo Parnaíba Piauiense	Esperantina, Barras, Madeiro, Joça Marques e São João do Arraial	66	Azeite e Mesocarpo	Selecionados no Talentos do Brasil Rural, para fornecer sabonete na Copa 2014.
Grupo Produtivo da Fortaleza	Extrativistas independentes	Esperantina	18	Azeite, Mesocarpo e sabonete	O grupo é informal
Grupo Produtivo Chapada da Sindá	Organização: Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Região da Chapada da Sindá	São João do Arraial	15	Azeite, Mesocarpo e Carvão	
Grupo Produtivo do Canto	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores	Madeiro	144	Azeite	

Grande	Rurais da Região do Canto Grande			
--------	----------------------------------	--	--	--

Tabela 3: Empreendimentos do babaçu na Caatinga (CAM, 2010)

Ressalta-se que a Associação das Mulheres Trabalhadoras do Coco Babaçu da Micro-região do Baixo Parnaíba Piauiense, foi selecionada na Chamada Pública “Talentos do Brasil Rural”, para fornecer sabonetes de babaçu que serão comercializados em hotéis, restaurantes e lojas de artesanato das 12 capitais brasileiras do circuito Copa do Mundo Fifa Brasil de 2014.

O projeto “APL do Cerrado: APL II: Consolidação da Metodologia de Assistência Técnica à Gestão, Produção e Mercado para Empreendimentos da Agricultura Familiar” firmado via Termo de Parceria MDA nº 742866/2010 com A Casa Verde, atende vários empreendimentos da sociobiodiversidade, entre eles os que trabalham com produtos derivados do babaçu. Até o momento não informaram quais são os empreendimentos, onde estão localizados e com quais produtos trabalham.

No âmbito da chamada pública de projetos para a MAT-Gestão na região norte, em 2010, não foram contemplados empreendimentos de babaçu no Acre, que não é um dos estados prioritários do babaçu, mas que possui áreas com potencial para o extrativismo sustentável da espécie que lá é chamada popularmente de “cocão”.

No âmbito da PNAE, a partir do projeto Nutre Nordeste, foi firmado convênio com a ONG AGENDHA, com o objetivo de prestar serviços de (ATER), junto a Associações e Cooperativas de Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar, visando a coleta, produção, beneficiamento e comercialização de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, junto aos principais municípios compradores dos nove estados da região Nordeste (mapa 1) e mais de 400 municípios fornecedores, beneficiando aproximadamente 3.868 agroextrativistas.



mapa 1: Municípios compradores - Projeto Nutre Nordeste (AGENDHA, 2011)

Do total de empreendimentos apoiados pela AGENDHA em 2010, destacam-se:

- Associação de Mulheres Rurais do Sítio Macaúba (AMRSM), que trabalha com Óleos e Amêndoas de babaçu, no município de Barbalha/CE;
- Associação dos Moradores e Agricultores do Sítio Correntino (AMASC), que trabalha com óleos de coco babaçu, no município de Barbalha/CE.

O projeto Nutre Norte no Pará tem expectativa de beneficiar 1.500 famílias a partir da comercialização de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar nos pólos de Santarém e Belém. Apesar de não ser um dos estados prioritários para o babaçu, o Pará possui áreas de grande concentração da espécie, o que indica potencial para o extrativismo, e há intenção do estado em promover o extrativismo sustentável da espécie. Até o presente não foi formalizada a parceria com o Instituto Sócio Ambiental Floranativa, e a expectativa é de formalização e início das atividades em 2012.

Tanto a capacitação virtual em políticas de apoio à comercialização, como a MAT-Gestão, o projeto Nutre e o Portal da Sociobiodiversidade, tem contribuído para a adequação do quadro técnico e estruturas para a prestação de serviços (Ação 1.2). Mesmo com esse esforço, é preciso capacitar mais técnicos que de fato prestem ATER diferenciada para os empreendimentos da sociobiodiversidade, e assim, contribuam para ampliar, qualificar e coordenar melhor os serviços de ATER (Ação 1.4).

Nesse sentido, há necessidade de monitorar também o resultado das capacitações realizadas, para além de pessoas capacitadas, identificando como as capacitações estão ajudando os extrativistas a acessar as políticas públicas ou como os técnicos capacitados tem aplicado o conhecimento na prática, e também, quantas propostas de acesso às políticas foram submetidas a partir do apoio dos técnicos capacitados.

A estratégia de apoio ao acesso às políticas públicas de comercialização (Ação 1.3) em 2010, contribuiu para a comercialização de 5.046 toneladas em produtos da sociobiodiversidade, equivalentes à R\$ 11,5 milhões no PAA (CPR Doação e Estoque). Desse total, apesar de não terem acontecido operações no PAA Estoque, foram comercializados 45.445 kg em produtos derivados de babaçu, equivalentes a R\$ 339.732,00, no PAA CPR-Doação (tabela 4), em três dos estados prioritários do babaçu (Maranhão, Piauí e Tocantins), mais o estado do Mato Grosso.

Produtos	Valor (R\$)	Quantidade (kg)
Azeite de babaçu	131.239,00	15.710
Castanha de babaçu	115.325,00	18.900
Coco de babaçu	14.268,00	4.260
Sorvete de mesocarpo de babaçu	78.900,00	6.575
TOTAL	339.732,00	45.445

Tabela 4: Operações PAA CPR doação com babaçu em 2010 (CONAB, 2010)

Dos 45.445 kg em produtos derivados de babaçu comercializados no PAA CPR Doação em 2010, foram produzidas:

- 30.220 kg, no Maranhão;
- 8950 kg no Piauí;
- 1.148 kg no Tocantins;
- 5127 kg no Mato Grosso.

A PGPMBio em 2010 resultou no pagamento de R\$ 2.756.407,98 (abaixo da meta de 10 milhões – Ação 4.2), em subvenção extrativista para 3.368 toneladas de produtos da sociobiodiversidade (borracha, babaçu, castanha-do-brasil e piaçava), beneficiando 16.365 extrativistas. Desse total, para o babaçu foram pagos R\$ 871.733,00, em subvenção extrativista para 1.485 toneladas de amêndoas de babaçu, que beneficiaram 13.550 extrativistas apenas do estado do Maranhão, já que nos outros estados prioritários (TO, PI e CE) não houve operação de subvenção.

As campanhas de emissão de documentação básica (Ação 1.5) tem contribuído exponencialmente para aumentar a quantidade de DAP extrativista desde 2009, superando em muito a meta de 10.000 DAP emitidas.

Até o final de 2010 foram emitidas 34.632 DAPs extrativista, desse total, nos estados prioritários do babaçu foram emitidas 8.794 DAPs extrativista, da seguinte forma:

- 177, no Ceará;
- 8.188, no Maranhão;
- 278, no Piauí;
- 151, no Tocantins.

Ressalta-se que, dos estados prioritários para o babaçu, o Maranhão se destaca na quantidade de DAP emitidas, principalmente pelo cadastramento do MIQCB

como instituição emissora de DAP, em 2010.

Além do MIQCB, o CNS também foi cadastrada como instituição emissora de DAP, em 2011, contribuindo para a emissão de 800 DAP extrativista, sendo que deste total, foram emitidas 51 DAP extrativista no Tocantins.

Juntos, CNS e MIQCB contribuíram no período 2010/2011 com a emissão de 1.926 DAP extrativista (tabela 5).

DAP Extrativista Emitidas pelo CNS e MIQCB 2010/2011		
Instituições	Estados	DAP extrativista emitida
MIQCB	Maranhão	830
	Pará	50
	Piauí	79
	Tocantins	167
TOTAL MIQCB		1126
CNS	Pará	151
	Tocantins	51
	Maranhão	103
TOTAL CNS		800
TOTAL GERAL		1926

Tabela 5: DAPs emitidas pelo MIQCB e CNS (PNPSB, 2011)

A partir dos registros de DAP extrativista, foi possível também incluir o público da sociobiodiversidade no CAD Único do Governo Federal, que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total (Brasil, 2011), para o acesso à várias outras políticas sociais, tais como: luz para todos, cotas para universidades, concursos públicos, bolsa família, etc.

Para o Gargalo 2 (Baixa capacidade organizativa da cadeia), Os planos de melhoria da gestão (Ação 2.1) dos empreendimentos do babaçu, não foram elaborados, mas estão em fase de elaboração via projetos aprovados na MAT Gestão, Nutre e Convênios firmados com as organizações Casa Verde e CAAM (Ação 1.1), com expectativa de terem os planos de gestão dos empreendimentos apoiados em 2012.

Apesar de não ter sido instituída oficialmente, a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade (Ação 2.2), tem sido mobilizada mesmo informalmente, com a

participação das representações dos estados junto a Coordenação do Plano, no planejamento proposto (com apoio da metodologia Denkmodel), nas reuniões dos pontos focais e demais eventos promovidos pelo PNPSB, onde os membros tem articulado ações e socializado o andamento das atividades. Nesse sentido, não aconteceram as reuniões previstas para 2010 e 2011, mas há previsão de duas reuniões da Câmara Nacional em 2012.

Ressalta-se que a capacitação sobre a operação de Câmaras do MAPA e as reuniões de integração com as Câmaras do MAPA, são atividades do Plano de Ação 2010, que não aconteceram, mas que podem ser realizadas independente da oficialização da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade, conforme a avaliação da Coordenação do PNPSB.

Paralelamente ao processo de institucionalização da Câmara Nacional, nos estados prioritários para o babaçu, foram criadas as instâncias de governança (GT do babaçu no Ceará, Maranhão, Piauí e Tocantins, e Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade do Tocantins), que tem participado ativamente mesmo sem a oficialização da Câmara Nacional.

Para o Gargalo 3 (Baixa oferta de produto com qualidade), entre 2010 e 2011 foram elaboradas diretrizes para as boas práticas de manejo e produção (Ação 3.1 e 5.2) para 9 espécies (castanha-do-brasil, babaçu, açaí, licuri, caroá, baru, buriti, pequi e carnaúba), por intermédio de oficinas participativas com a presença de técnicos, extrativistas, pesquisadores e gestores públicos.

A oficina para definição das diretrizes para o babaçu, aconteceu entre 09 e 11/12/2010, em Teresina/PI, onde foram indicadas as etapas e procedimentos ligados mais às boas práticas de manejo e produção (ação 5.2), porém sem o detalhamento específico para o processo produtivo, considerando condições fitossanitárias próprias para o consumo humano (ação 3.1), por exemplo do mesocarpo de babaçu, o que poderá ser indicado a partir da definição dos perfis agroindustriais para os produtos derivados do babaçu (ação 4.3), com o apoio desta consultoria.

No processo de definição da certificação (ação 3.2), foi feita a orientação para a legislação do extrativismo orgânico, mas falta definir como será encaminhado o selo da sociobiodiversidade (Ação 4.3).

A proposta de modelo tecnológico de aproveitamento integral do coco babaçu (Ação 3.5) não foi definida, mas há subsídios para a definição em 2012, a partir do

relatório da EMBRAPA sobre a missão técnica realizada entre 22 e 27/11/2010, onde foram analisados modelos tecnológicos de descascar e de quebrar mecanicamente o coco em acordo com as representantes das quebradeiras de coco babaçu.

A missão técnica contou com a participação de 23 pessoas (técnicos, especialistas, gestores e extrativistas dos estados prioritários do babaçu) e a expectativa é que, com o apoio desta consultoria, seja feita uma nova oficina para apresentação do relatório da missão técnica, em meados de abril de 2012, onde serão feitos os encaminhamentos para a definição do modelo tecnológico, junto aos extrativistas.

Para o Gargalo 4 (Acesso a Mercados), o Plano de Negócios para a Cadeia do babaçu (Ação 4.1) não foi elaborado, consequentemente não pode ser disponibilizado, visando contribuir para a promoção do acesso às políticas públicas (Ação 4.2). Há expectativa de contratação de uma consultoria específica para a elaboração do Plano de Negócios do babaçu em 2012.

O acesso às políticas públicas, de forma geral, tem sido promovido principalmente por intermédio de capacitações, bem como da disponibilização de documentos, chamadas públicas, informativos, etc. no Portal da Sociobiodiversidade (Ações 1.1 a 1.6).

As capacitações e articulações realizadas, contribuíram tanto para a emissão de DAPs, como para o acesso às políticas públicas (Ação 4.2), e resultaram também no cadastramento de 439 extrativistas na Relação de Extrativistas Beneficiários (REB) de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que assim como a DAP, também permite que os extrativistas cadastrados acessem as políticas públicas da sociobiodiversidade.

Do total de beneficiários de REBs, 412 foram emitidas em Reservas Extrativistas (RESEX) localizadas nos estados prioritários para o babaçu, sendo 221 na RESEX do Extremo Norte do Tocantins e 191 na RESEX do Ciriaco, no Maranhão.

As capacitações realizadas em articulação com o MIQCB, contribuíram tanto para ampliar o acesso às políticas públicas, como para a emissão de 779 DAP (Tabela 6).

emissão de DAPs nas regionais do MIQCB		
REGIONAL	MUNICÍPIOS	DAP EMITIDA
Tocantins	São Miguel do Tocantins	14
	Axixá do Tocantins	26
	Praia Norte	19
	Carrasco Bonito (Resex Extremo Norte do Tocantins)	31
	Sampaio	21
	Sítio Novo do Tocantins	36
Total de DAPs emitidas pela regional do Tocantins		147
Mearim	Lago do Junco	118
	Timbiras	109
	Lima Campos	110
Total de DAPs emitidas pela regional do Mearim		341
Baixada	Penalva	114
	Matinha	21
	Cajari	02
Total de DAPs emitidas pela regional da Baixada		137
Piauí	Esperantina	12
	Madeiro	21
	Joca Marques	12
	São João do Arraial	19
Total de DAPs emitidas pela regional do Piauí		64
Imperatriz	Vila Nova dos Martírios	Não consta o detalhamento por município.
	Imperatriz	
	Davinópolis	
	Amarante	
	Cidelândia	
Total de DAPs emitidas pela regional de Imperatriz		42
Pará	Brejo Grande do Araguaia	Não consta o detalhamento por município.
	Palestina do Pará	
	São Domingos do Araguaia	
	São João do Araguaia	
Total de DAPs emitidas pela regional do Pará		48
Total de DAPs emitidas pelo MIQCB		779

Tabela 6: Relatório Parcial de Atividades (MIQCB, 2011)

Os padrões de classificação e coeficientes técnicos para a produção de coco babaçu (Ação 4.3), não foram definidos. A expectativa é que, com o apoio desta consultoria, seja feita uma pesquisa para subsidiar a Coordenação do PNPSB na definição dos perfis agroindustriais para os produtos derivados do coco babaçu.

Foi elaborada a proposta de selo da sociobiodiversidade, por intermédio de uma consultoria específica que resultou em uma minuta que está revisão pela Coordenação do PNPSB, com expectativa que o selo seja oficializado pelo MDA, ligado à certificação orgânica com a denominação extrativista.

A Praça da Sociobiodiversidade foi construída e instalada em 2010 durante na VII FENAFRA, em Brasília/DF, e Biofach/Exposustentat, em São Paulo/SP, onde foram promovidos Fóruns com o setor empresarial, oficinas e mesas redondas, e onde foram negociados aproximadamente R\$ 1,7 milhão em produtos da sociobiodiversidade.

Participaram das duas edições da Praça da Sociobiodiversidade: 10 empreendimentos da Caatinga, 13 da Amazônia e 7 da Mata Atlântica; totalizando 30 empreendimentos de várias cadeias produtiva, que trabalham com produtos alimentícios, fibras, artesanatos, roupas, biojóias, etc.

Ressalta-se que dos estados prioritários do babaçu, participaram apenas dois empreendimentos do Ceará, sendo apenas um do babaçu, a saber:

- Associação Comunitária de Barreira (ACB), município de Barreira/CE, que trabalha com castanha-de-cajú;
- Associação de Mulheres Rurais do Sítio Macaúba (AMRSM), município de Barbalha/CE, que trabalha com óleo e sabonete de babaçu.

Outro aspecto a destacar é que também não participaram da Praça da Sociobiodiversidade os empreendimentos de babaçu que fazem parte dos APL prioritários, consequentemente não foram formalizadas PSE com estes empreendimentos.

Em 2011 não aconteceu a Praça da Sociobiodiversidade, que está agendada para acontecer em 2012 durante a VIII FENAFRA (06 a 10 de junho), e paralelamente a Rio+20 (16 a 22 de junho), no Rio de Janeiro/RJ.

Em articulação com o Ministério do Turismo, foram selecionados empreendimentos da sociobiodiversidade, via chamada pública “Talentos do Brasil Rural”, para participar do 6º Salão do Turismo em São Paulo/SP (13 a 17/06/2011), mas não participaram os empreendimento do babaçu.

O banco de dados dos empreendimentos da sociobiodiversidade foi criado e disponibilizado no Portal da Sociobiodiversidade, nele constam 274 empreendimentos entre fornecedores e compradores de diversos seguimentos. Desse total, estão listados 81 empreendimentos compradores de babaçu para a produção de sub produtos em vários estados brasileiros, e apenas dois empreendimentos fornecedores, a saber:

- COOPERLÂNDIA, de Porto Velho/RO, que comercializa óleo de babaçu;
- ASSEMA, de Pedreiras/MA, que comercializa óleo, sabonete e farinha de mesocarpo de babaçu.

Para o Gargalo 5 (Acesso e vulnerabilidade dos estoques Naturais), a partir de articulação feita entre MMA, SPU, ICMBio e INCRA, foram emitidas Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) para 21 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que beneficiaram 18.942 famílias, sendo que desse total foi contemplada a RESEX Cururupu, no Maranhão, onde foram beneficiadas 2.760 famílias (Brasil, 2011). Além das CDRU, a articulação contribuiu também para a ampliação da RESEX do Ciriaco, no estado prioritário do Maranhão.

Apesar de elaborada, a minuta contendo as diretrizes para as boas práticas de manejo (ação 5.2) e produção dos produtos derivados do coco babaçu, precisa ser editada para seu uso como material didático em capacitações, o que poderá ser feito, paralelamente ao processo de aprovação e publicação oficial. E a proposta de capacitação virtual para agentes de ATER, prevista para 2011, foi cancelada e está em articulação para acontecer em 2012 com, o apoio da Universidade de Brasília.

Não foram definidas as ações de educação ambiental para o controle das queimadas em áreas de babaçuais (ação 5.5). Sugere-se retomar esta ação, na perspectiva dos Planos de Controle do Desmatamento e Queimadas dos estados prioritários para o babaçu.

Por fim, o marco regulatório ambiental para o manejo do carvão de coco babaçu não foi definido, mas esta consultoria foi contratada para contribuir com a orientação do marco regulatório.

FÁBIO WESLEY DE MELO

Consultor

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009.** Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 22 jul. 2009. Seção 1, p. 103.

MENDONÇA. L. R. **Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do CE, MA, PI, TO em 2010 para a cadeia do coco babaçu e sua integração à estratégia do governo federal.** Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília, jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Meio Ambiente. **Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu.** Brasília, DF, jul. 2009. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/planonacionaldepromoodosprodutosdasociobiodiversidade/contents/photoflow-view/index?keyword_id=2628322> Acesso em: 12 fev. 2012.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ). **Manual ValueLinks – Introdução e Resumo:** A metodologia da Promoção de Cadeia de Valor, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cadastro Único,** 2012. Disponível em : <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). **Relatório Parcial de Atividades:** Projeto: Empoderamento Econômico das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso a Políticas Públicas de Promoção Produtiva. São Luís, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). **Balaço das ações para Povos e Comunidades Tradicionais** (2003-2010). Brasília, 2011.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Diretoria de Política Agrícola e Informação PAA (DIPAI). Superintendência de Suporte a Agricultura Familiar (SUPAF). Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura

Familiar (GECAF). **Relatório Gerencial – Termo de Cooperação MDS/CONAB – 2010:** Operações PAA CPR Doação com babaçu. Brasília, 2010.